

RESULTADOS
2025



MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	2.180	1.663
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	23.988	11.042
Clientes	5	14.038	12.056
Tributos a Recuperar	6	912	2.511
Outros créditos		832	454
Total do circulante		41.950	27.726
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Cauções de depósitos vinculados	13	8	-
Tributos a Recuperar	6	1.333	1.232
Créditos tributários	7	193	65
		1.534	1.297
Imobilizado	9	6.272	6.165
Intangível - software	10.1	5.420	4.669
Arrendamento - direito de uso	10.2	2.014	434
Total do não circulante		15.240	12.565
Total do ativo		57.190	40.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	862	2.624
Salários a pagar	12	3.569	3.643
Dividendos a pagar	16.6	4.903	3.182
Impostos e contribuições sociais	13	1.836	1.304
Benefícios pós emprego	22.2	43	3
Arrendamentos Operacionais		467	356
Outras		1.273	1.220
Total do circulante		12.953	12.332
Não circulante			
Fornecedores	11	54	48
Provisões para riscos trabalhistas e fiscais	14	10	30
Impostos e contribuições sociais	7	6	-
Benefícios pós emprego	22.2	316	3
Arrendamentos Operacionais	15	1.668	187
Outras		223	222
Total do não circulante		2.277	490
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	8.620	8.620
Reserva de lucros	16.3 a 16.4	9.292	9.292
Reserva de capital	16.2	16	-
Dividendos adicionais propostos	16.6	14.706	-
Reserva especial de dividendos	16.5	9.545	9.545
Outros resultados abrangentes	16.7	(219)	12
Total do patrimônio líquido		41.960	27.469
Total do passivo e patrimônio líquido		57.190	40.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	17	72.376	65.247
Custo dos serviços prestados a terceiros	18	(24.829)	(19.489)
Lucro bruto		47.547	45.758
Despesas gerais e administrativas	18	(20.973)	(25.946)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		26.575	19.796
Receita financeira	19	2.877	960
Despesas financeiras	19	(206)	(125)
Resultado financeiro líquido		2.671	835
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		29.246	20.631
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(9.646)	(6.935)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	9	(299)
Lucro líquido do exercício		19.609	13.397
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	20	19.609	13.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício	20	19.609	13.397
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	16.8	(231)	4
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		19.378	13.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Capital		Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Outras reservas de capital	Reserva Legal	Retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.000	-	1.000	11.242	-	-	-	8	17.250
Aumento de capital conforme AGOE de 25/04/2024	16.1	3.620	-	-	(3.620)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.397	-	13.397
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	16.3	-	-	670	-	-	-	(670)	-	-
Dividendos mínimos	16.6	-	-	-	-	-	-	(3.182)	-	(3.182)
Reserva especial de dividendos		-	-	-	-	-	9.545	(9.545)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	16.7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	16.7	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego		-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		8.620	-	1.670	7.622	-	9.545	-	12	27.469
Programa de remuneração variável (ILP)	16.2	-	16	-	-	-	-	-	-	16
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	19.609	-	19.609
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Dividendos mínimos		-	-	-	-	-	-	(4.903)	-	(4.903)
Dividendos adicionais propostos	16.5	-	-	-	-	14.706	-	(14.706)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	16.7	-	-	-	-	-	-	-	(350)	(350)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	16.7	-	-	-	-	-	-	-	119	119
Saldos em 31 de dezembro de 2025		8.620	16	1.670	7.622	14.706	9.545	-	(219)	41.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de serviços	17	78.808	71.459
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	18	(10.549)	(11.589)
Outros custos operacionais		(657)	(216)
		<u>(11.206)</u>	<u>(11.805)</u>
Valor adicionado bruto		67.602	59.654
Depreciação e amortização	18	(2.248)	(1.718)
Valor adicionado líquido produzido		<u>65.354</u>	<u>57.936</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	3.017	1.007
Valor adicionado total a distribuir		<u>68.371</u>	<u>58.943</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		22.213	21.924
Benefícios		4.923	6.024
FGTS		1.805	1.958
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		17.729	13.710
Municipais		1.664	1.461
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	19	206	125
Aluguéis		222	344
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	16.7	19.609	12.727
Lucros retidos		-	670
		<u>68.371</u>	<u>58.943</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	20	19.609	13.397
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	9.637	7.234
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		(2.433)	(238)
Depreciação e amortização	18	2.248	1.718
Provisões para riscos trabalhistas e fiscais	14	28	46
Programa de remuneração variável - ILP		16	-
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(2.182)	(1.179)
Impostos a recuperar		1.756	(602)
Outros créditos		(375)	(84)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(1.644)	1.246
Salários a pagar		(74)	11
Tributos e contribuições sociais		(490)	(101)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.618)	(7.451)
Obrigações estimadas		-	263
Processos trabalhistas e fiscais pagos	14	(46)	(38)
Outras contas a pagar		55	428
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		17.487	14.650
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(10.381)	(8.117)
Aplicações no imobilizado e no intangível	9 e 10	(2.678)	(2.778)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(13.059)	(10.895)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(3.183)	(2.777)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(728)	(910)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(3.911)	(3.687)
Variação líquida do caixa		517	68
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	1.663	1.595
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	2.180	1.663
Variação líquida do caixa		517	68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multi Energisa Serviços S.A.						
BALANÇO SOCIAL ANUAL – 2025 e 2024						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2025			2024		
Receita líquida (RL)	72.376			65.247		
Resultado operacional (RO)	29.246			20.631		
Folha de pagamento bruta (FPB)	22.799			21.891		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.975	13,05%	4,11%	3.509	16,03%	5,38%
Encargos sociais compulsórios	900	3,95%	1,24%	0	0,00%	0,00%
Previdência privada	101	0,44%	0,14%	34	0,16%	0,05%
Saúde	805	3,53%	1,11%	1.296	5,92%	1,99%
Segurança e saúde no trabalho	403	1,77%	0,56%	426	1,95%	0,65%
Educação	-	0,00%	0,00%	2	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	46	0,20%	0,06%	5	0,02%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	94	0,41%	0,13%	94	0,43%	0,14%
Participação nos lucros ou resultados	1.029	4,51%	1,42%	776	3,54%	1,19%
Outros	1.050	4,61%	1,45%	1.456	6,65%	2,23%
Total - Indicadores sociais internos	7.403	32,47%	10,22%	7.598	34,71%	11,64%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	132	0,45%	0,18%	80	0%	0,12%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	95	0,32%	0,13%	82	0,40%	0,13%
Total das contribuições para a sociedade	227	0,77%	0,31%	162	0,79%	0,25%
Tributos (excluídos encargos sociais)	17.914	61,25%	24,75%	15.171	73,53%	23,25%
Total - Indicadores sociais externos	18.141	62,02%	25,06%	15.333	74,32%	23,50%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	-	-	-	-	-
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	690			767		
Nº de admissões durante o período	236			434		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	1			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	28			21		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	507			567		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	63,41%			66,67%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	492			563		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	58,50%			58,97%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	28			19		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,2			23,2		
Número total de acidentes de trabalho	-			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa-	no Procon-	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 68.371		Em 2024: 58.943			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	30% governo38% colaboradores(as)31% acionistas1% terceiros0% retido		26% governo 51% colaboradores(as)0% acionistas1% terceiros23% retido			
7 - Outras Informações	2025		2024			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União						
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária						
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)						
7.2 - Programa de eficiência Energética						
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento						
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)						

MULTI ENERGISA SERVIÇOS S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Multi Energisa Serviços S/A (“Companhia” ou “Multienergisa”), é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases - MG, controlada pela Rede Energia Participações S/A, e tem como principais atividades empresariais a operação, manutenção, serviços de teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica e a participação no capital de outras empresas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 – Clientes: provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD);
- II. Nota explicativa nº 7 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- III. Nota explicativa nº 9 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- IV. Nota explicativa nº 10 – Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- V. Nota explicativa nº 14 – Provisões para risco trabalhista: estimativa de perda em processos judiciais;

- VI. Nota explicativa nº 21 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo s; e
- VII. Nota explicativa nº 22 – Benefícios pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós empregos.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b) **Clientes** – é composto de faturas de serviços prestados de operação e manutenção, montagem e fornecimento de materiais e teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica e são reconhecidos quando da realização dos serviços.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

- c) **Tributos a Recuperar** – Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- d) **Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o

efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício;

- e) **Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente;

- f) **Intangível e arrendamento- compreendem, principalmente, a direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16) e softwares**

Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Intangível direito de uso:* os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento:* os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos;

- g) **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC).

Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** – são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas, que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- h) **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou **constituída** como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e suas controladas, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

- i) **Dividendos** – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- j) **Receita Operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita referente à prestação de serviços é registrada quando a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes;

- k) **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- l) **Cobertura de Seguros** – A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes;
- m) **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 (R1)– Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista – Circulante	2.180	1.663

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, notas do tesouro nacional, CDBs, entre outros.

Descrição	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	15	209
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	13	8
Compromissadas	1.804	2.023
Fundo Multimercado	2.654	501
Fundo de renda fixa	12.713	5.481
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	2.943	1.173
Letra Financeira (LF)	2.817	1.233
Nota de Crédito (NC)	34	27
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	454	387
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	541	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados – circulante	23.988	11.042

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Consumidores e concessionárias

	2025	2024
Contas a receber partes relacionadas ⁽¹⁾	6.609	5.464
Contas a receber partes relacionadas (a faturar) ⁽¹⁾	7.415	6.576
Outros	14	16
Total – circulante	14.038	12.056

Vide nota explicativa nº 8 (Transações com partes relacionadas).

6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de Imposto de Renda e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação vigente aplicável.

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	117	400
Contribuições ao PIS e à COFINS	-	578
Retenção para a previdência social	2.128	2.765
Total	2.245	3.743
Circulante	912	2.511
Não circulante	1.333	1.232

7. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	142	54
Contribuição social	51	19
Total – ativo não circulante	193	73
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	-	(6)
Contribuição social	-	(2)
Total – passivo não circulante	-	(8)
Total líquido – ativo não circulante	193	65

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	54	19	48	16
Provisões para contingências judiciais e administrativas	10	4	30	10
Provisão para ajustes atuariais	359	122	6	2
Outras diferenças temporárias	142	48	109	37
Total líquido – ativo não circulante	565	193	193	65

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2026	16
2027	19
2028	19
2029	20
2030	21
2031 a 2033	66
Após 2033	32
Total	193

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	29.246	20.631
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(9.944)	(7.015)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Outros	398	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(32)	(4)
Outros ajustes	(59)	(215)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(9.637)	(7.234)
Alíquota efetiva	32,95%	35,06%

8. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,90% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia: exercício pela Companhia:

	Receita serviços prestados ⁽¹⁾	Serviços contratados ⁽²⁾	Saldo a receber ⁽¹⁾	Saldo a pagar ⁽²⁾
Energisa S.A.	-	(2.252)	-	(347)
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	8.079	-	1.431	-
Energisa Sul-sudestes Distribuidora de Energia S.A.	5.045	-	836	-
Energisa Acre Distribuidora de Energia S.A.	4.020	-	654	-
Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S.A.	7.748	-	1.367	-
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A.	7.160	-	1.149	-
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S.A.	3.408	-	589	-
Energisa Minas Rio Distribuidora de Energia S.A.	3.242	-	532	-
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	16.611	-	2.828	-
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia	14.731	-	2.603	-
Alsol Energias Renováveis S.A.	6.566	-	1.516	-
Voltz Capital S.A.	541	-	181	-
Companhia de Gás do Espírito Santo	1.546	-	255	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	86	-	83	-
2025	78.783	(2.252)	14.024	(347)
2024	71.432	(2.509)	12.040	(408)

(1) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviço prestado de suporte de TI, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Os contratos possuem prazo de 48 meses, sendo corrigidos a cada 12 meses pela variação do INPC. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios;

(2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos

são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado.

9. Imobilizado

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.864	-	-	-	1.864
Máquinas e equipamentos	14,01%	9.398	-	441	-	9.839
Móveis e utensílios	6,25%	3.128	-	154	-	3.282
Total do imobilizado em serviço		14.390	-	595	-	14.985
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias		(439)	-	-	(63)	(502)
Máquinas e equipamentos		(7.128)	-	-	(654)	(7.782)
Móveis e utensílios		(1.832)	-	-	(145)	(1.977)
Total depreciação acumulada		(9.399)	-	-	(862)	(10.261)
Subtotal Imobilizado		4.991	-	595	(862)	4.724
Imobilizado em curso		1.174	950	(576)	-	1.548
Total do Imobilizado		6.165	950	19	(862)	6.272

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.724	-	140	-	1.864
Máquinas e equipamentos	14,36%	8.954	-	444	-	9.398
Móveis e utensílios	6,25%	3.123	-	5	-	3.128
Total do imobilizado em serviço		13.801	-	589	-	14.390
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias		(378)	-	-	(61)	(439)
Máquinas e equipamentos		(6.480)	-	-	(648)	(7.128)
Móveis e utensílios		(1.687)	-	-	(145)	(1.832)
Total depreciação acumulada		(8.545)	-	-	(854)	(9.399)
Subtotal Imobilizado		5.256	-	589	(854)	4.991
Imobilizado em curso		397	1.366	(589)	-	1.174
Total do Imobilizado		5.653	1.366	-	(854)	6.165

10. Intangível e arrendamento – direito de uso

	2025	2024
Intangível – software	5.420	4.669
Intangível – direito de uso	2.014	434
Total	7.434	5.103

10.1 Intangível – software

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2025
Em serviço						
Custo	20,00%	6.544	-	838	-	7.382
Amortização acumulada		(3.345)	-	-	(846)	(4.191)
Em curso		1.470	1.616	(857)	-	2.229
Total do Intangível – software		4.669	1.616	(19)	(846)	5.420

⁽¹⁾ Transferência para o Imobilizado.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2024
Em serviço						
Custo	20,00%	4.065	-	2.479	-	6.544
Amortização acumulada		(3.054)	-	-	(291)	(3.345)
Em curso		2.667	1.282	(2.479)	-	1.470
Total do Intangível – software		3.678	1.282	-	(291)	4.669

Os ativos intangíveis são basicamente softwares e serão amortizados pelo prazo de 5 anos, a partir da sua data de ativação.

10.2 Arrendamento – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábeis CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Saldos em 2025
Intangível – direito de uso – Imóveis					
Custo	10,78%	2.887	2.120	-	5.007
Amortização acumulada		(2.453)	-	(540)	(2.993)
Total do Intangível – direito de uso		434	2.120	(540)	2.014

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Intangível – direito de uso – Imóveis					
Custo	19,85%	1.880	1.007	-	2.887
Amortização acumulada		(1.880)	-	(573)	(2.453)
Total do Intangível – direito de uso		-	1.007	(573)	434

11. Fornecedores

	2025	2024
Materiais ^(*)	31	183
Serviços ^(*)	885	2.489
Total	916	2.672
Circulante	862	2.624
Não Circulante	54	48

^(*) Refere-se às aquisições de materiais e serviços cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias. Do montante R\$347 (R\$408 em 2024) são contas a pagar com partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8).

12. Salários a pagar

	2025	2024
Salários a pagar	1.106	1.418
Férias	2.023	1.907
Encargos sobre férias	440	318
Total-Circulante	3.569	3.643

13. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto de renda Pessoa jurídica - IRPJ	553	93
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	216	65
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	179	124
Contribuição Previdenciária sobre receita Bruta - CPRB	172	239
Imposto sobre Serviços - ISS	208	178
Encargos Sociais	245	320
Contribuições ao PIS e a COFINS	269	223
Outros	-	62
Total circulante	1.842	1.304
Não circulante	6	-

14. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista.

Perdas Prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhista	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	30	30	22
Provisões e reversões líquidas	28	28	46
Pagamentos realizados	(46)	(46)	(38)
Atualização monetária	(2)	(2)	-
Saldo em 2025 e 2024	10	10	30

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$8 em 2025, e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

- Trabalhista**

Ação de natureza trabalhista que discute questões relacionada a verbas contratuais/legais.

Perdas Possíveis:

A Companhia possui processos de natureza trabalhista envolvendo discussão sobre verbas contratuais/legais (cobrança de horas extras/jornada de trabalho), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível pela Administração e pelos consultores jurídicos e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	Trabalhista	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	211	211	114
Novos processos	-	-	22
Mudança de prognóstico e valor pedido	57	57	124
Encerramento de processos	-	-	(64)
Atualização monetária	32	32	15
Saldos em 2025 e 2024	300	300	211

15. Arrendamentos operacionais

A Empresa atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Empresa, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Empresa, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Empresa não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Arrendamentos operacionais – Terrenos	25	11,05%	543	2.120	(728)	200	2.135
Total			543	2.120	(728)	200	2.135
Circulante			356				467
Não circulante			187				1.668

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais – Terrenos	25	11,05%	-	1.007	(573)	109	543
Total			-	1.007	(573)	109	543
Circulante							356
Não circulante							187

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	449
2028	424
2029	424
2030	371
Total	1.668

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social da Companhia em 2025 é de R\$8.620 (R\$8.620 em 2024) representado por 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

16.2 Reserva de Capital

Em 2025 inclui o montante de R\$16 referente ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), nota explicativa nº 8

16.3 Reserva de Lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva de Lucros – reserva de retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros em 2025 é de R\$7.622 (R\$7.622 em 2024), que foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria irá propor na AGE a ser realizada em abril de 2026, a destinação da conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$7.622 para pagamento de dividendos.

16.5 Reserva Especial de dividendos

Em 2025, o saldo de reserva especial de dividendos é de R\$9.545 (R\$9.545 em 2024), que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se estes montantes não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

16.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.609	13.397
Reserva legal	-	(670)
Lucro líquido ajustado	19.609	12.727
Dividendos obrigatórios 25%	4.903	3.182
. Dividendos a pagar – correspondem a R\$4.902,16300(R\$3.181,74400 em 2024)	4.903	3.182
. Dividendos adicionais propostos– correspondem a R\$14.706,4880(R\$12.726,97691 em 2024) por ação ordinária	14.706	9.545
	19.609	12.727
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

16.7 Outros Resultados Abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros Resultados Abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue a movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	12	8
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	(350)	6
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	119	(2)
Saldo em 2025 e 2024	(219)	12

17. Receita operacional

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Serviços prestados	71.393	65.254
Serviços prestados (a faturar)	7.415	6.205
Total receita operacional	78.808	71.459
Deduções da receita operacional		
PIS	(512)	(464)
COFINS	(2.364)	(2.144)
ISS	(1.664)	(1.461)
CPRB – Contribuição Previdenciária	(1.892)	(2.143)
Total - deduções receita operacional	(6.432)	(6.212)
Total - receita operacional líquida	72.376	65.247

18. Custos e despesas operacionais

Natureza do gasto	Custo do serviço		Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Operação	Prestado		2025	2024
Pessoal	17.855	-	13.591	31.446	31.550
Benefícios pós emprego	-	-	101	101	34
Material	477	73	159	709	652
Serviço de terceiros	7	-	9.833	9.840	10.937
Depreciação e amortização	59	-	2.189	2.248	1.718
Provisões (reversão) para riscos trabalhistas, cível e fiscal	-	-	28	28	46
Outros	752	30	648	1.430	499
Total	19.150	103	26.549	45.802	45.436

19. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	2.565	790
Juros Selic s/imposto a recuperar	258	7
Atualização monetária de depósitos judiciais	11	(5)
Tributos sobre receitas financeiras	(140)	(47)
Outras receitas financeiras	183	215
Total receita financeira	2.877	960
Ajuste a valor presente	(200)	(109)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(3)	(4)
Juros e multas	(3)	(9)
Atualização monetária de provisão para risco	2	-
Benefício pós emprego - plano de saúde	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(1)	(3)
Total despesa financeira	(206)	(125)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2.671	835

20. Lucro por ação

Segue demonstração do lucro líquido básico por ação. Não houve alteração no número de ações nos exercícios de 2025 e 2024.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.609	13.397
Média ponderada das ações ordinárias	1	1
Lucro líquido básico e diluído por ação - (R\$) ^(*)	19.609	13.397

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo:

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros:

	2025		2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	2.180	2.180	1.663	1.663
Aplicação financeira	23.988	23.988	11.042	11.042
Clientes	14.038	14.038	12.056	12.056
	40.206	40.206	24.761	24.761
PASSIVO				
Custo amortizado				
Fornecedores	916	916	2.672	2.672
Arrendamentos operacionais	2.135	2.135	543	543
	3.051	3.051	3.215	3.215

As características operacionais e a estrutura patrimonial da Companhia colocam-na em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. O saldo do passivo financeiro – fornecedores no montante de R\$916 (R\$2.672 em 2024) tem seu prazo médio de liquidação em até 25 dias.

22. Benefícios pós empregos

22.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2025 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> - Aposentadoria; - Benefício por invalidez; - Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$99 (R\$31 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2025	2024
Ativos	9	8
Benefício Proporcional Diferido - BPD	1	1
Total	10	9

22.2 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$807 (R\$1.156 em 2024). Inclui R\$2 (R\$3 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2025	2024
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	6	8
Custo do serviço corrente	2	3
Custos dos juros	1	1
(Ganhos) / Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	350	(6)
Valor das obrigações calculadas em 2025 e 2024	359	6
Circulante	43	3
Não circulante	316	3

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025	2024
	HAPVIDA	HAPVIDA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS		
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,40%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	12,30%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	28,00%	28,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

23. Cobertura de seguros

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	-	1
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	11	10
Risco operacional	22/06/2026	90.000	11	18
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2028	42.549	121	126
			143	155

24. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2025	2024
Atividades operacionais		
Fornecedores	32	144
Arrendamento mercantil - IFRS 16	2.120	1.007
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado em processo de pagamento	32	144
Intangível - IFRS 16	2.120	1.007

25. Eventos Subsequentes

25.1 Pagamento de dividendos

A diretoria da Companhia em reunião realizada em 19 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 19.608, equivalentes a R\$ 19.608,65 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 20 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 19 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

**